

# BIOÉTICA E VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DA CIDADE DE CURITIBA

*Bioethics and vulnerability of the  
homeless population: a study based on  
the reality of the city of Curitiba*

---

Jorge Tarachuque\*  
Waldir Souza\*\*

## Resumo

O estudo tem como objetivo identificar a realidade da crescente população em situação de rua, no contexto urbano da cidade de Curitiba, vivendo em estado de vulnerabilidade, agravada pela ausência de uma política pública adequada em relação à vida deste grupo humano: sem moradia, cuidados de saúde, trabalho, espaços públicos de acolhimento, onde possam tomar um banho e lavar suas roupas; sem formação, acesso aos benefícios sociais e um tratamento específico para os dependentes químicos. A ausência de uma política pública adequada, expressa a indiferença do município, própria da globalização do capital, em sua lógica de exclusão e descarte. Esse fato traz para a Bioética o desafio de pesquisar o conceito de vulnerabilidade, considerando sua epigênese. O estudo se dá em diálogo com a Bioética de Intervenção, Bioética da Proteção e a Teologia e visa somar na luta da população em situação de rua por dignidade e vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** População em Situação de Rua. Vulnerabilidade. Bioética de Intervenção. Bioética da Proteção. Teologia.

---

\*Mestre em Teologia no PPGT PUCPR (2011). E-mail: <jorgetarachuque@hotmail.com>.

\*\*Doutor em Teologia e Professor do PPGT da PUCPR.

## Abstract

*The study has as aim to identify the reality of growing population on the street situation, within the city of Curitiba urban context, living on their vulnerability aggravated by the lack of a true and honest public politic in relation with the life of said human group; without home, health care., work and public spaces where they can take a shower and/or wash their clothes, without graduation, without approach to social laws and without opportunity to get an specific treatment for chemical dependent This apathy of the city, which is proper from globalization world in your exclusion and discard logic, brings to bioethics the challenge of search the concept of the vulnerability considering its epigenesis. The search works in dialog with the intervention and protection bioethics and aims to support the population on the street situation to gain life and self-respect.*

KEYWORDS: Population on the street situation. Vulnerability. Bioethics. Intervention. Protection. Theology.

## Introdução

Este estudo surge da necessidade de conhecer melhor a realidade da população em situação de rua, em Curitiba, tendo em vista contribuir na afirmação dos direitos humanos e colaborar com a Pastoral do Povo de Rua no município de Curitiba e com MNPR – Movimento Nacional da População de Rua, ambos, em fase de organização e formação no Estado do Paraná.

Contudo o pré-contexto do interesse por este estudo se desenvolveu a partir do contato que se estabelecia com os então chamados “moradores de rua” que frequentam o Centro Redentorista de Ação Social do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Curitiba, em busca de alguma ajuda, de modo especial vestuário e calçados, mas também cursos e trabalho, em outras ocasiões.

O Centro Redentorista de Ação Social tem como foco principal de suas atividades a promoção de cursos, reforço escolar, banco de empregos, artesanato, atendimento de profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos e nutricionistas que atendem gratuitamente as pessoas que não têm condições de pagar pelo serviço desses profissionais, todos voluntários. Também realiza doação de roupas e alimentação, atendendo atualmente 26 instituições que desenvolvem algum trabalho entre os mais pobres e abandonados.

A partir de 2010, o Centro Redentorista tem buscado participar das reuniões da Pastoral do Povo de Rua para buscar desenvolver um trabalho mais qualificado no atendimento desta população específica, tendo em vista apoiar a formação e empoderamento da população em situação de rua.

A Pastoral do Povo da Rua, em nível nacional, tem desenvolvido um trabalho de grande pertinência nos mais diversos espaços da rua e expressa em suas reflexões e observações, que “são muitas as lições que se levantam da rua. Lições de quem tem a alma e o corpo marcados por feridas e cicatrizes históricas. Sabedoria de quem conhece as alegrias e tristezas e carrega dores e esperanças”. (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2003, p. 9).

A Pastoral entende que a população em situação de rua não é apenas vítima da concentração da riqueza e da exclusão social, mas principalmente protagonista potencial de um mundo novo e recriado. Ao mesmo tempo em que experimentam a extrema vulnerabilidade, tornam-se sujeitos de um amanhã diferente. Em termos teológicos, encarnam os prediletos do Pai e o seu reerguimento expressam sinais do Reino de Deus.

Mais do que assistencialismo, a população em situação de rua quer solidariedade e justiça. E pela resistência que enfrentam no cotidiano, pode-se considerá-las como pessoas de fé, esperança e de experiente sabedoria que, olímpicamente, “dão a volta por cima” no enfrentamento das adversidades do cotidiano.

Daí a importância de iniciar um estudo mais detalhado desta realidade. Para isso se propõe estudar também o conceito de vulnerabilidade dentro da Bioética, tendo presente o contexto da realidade brasileira.

Como entender a Bioética em um país identificado pela marginalização, pelas diversas formas de empobrecimento e exclusão social? Conforme o teólogo Marcio Fabri dos Anjos, ao tratar do componente “ética”, afirma que “as questões da vida entendida com tal abrangência trazem a necessidade de a Bioética rever suas fundamentações e seu método de análise dos problemas, sua epistemologia” (ANJOS, 2007, p.16).

Isso coloca a necessidade de ir além do principalismo e pensar a Bioética com os pés na realidade brasileira, onde as gritantes desigualdades sociais trazem questões que necessitam ser refletidas, como no caso da vida e morte da população em situação de rua, sobrevivendo na extrema vulnerabilidade.

## 1 Contextualização

No início do século XXI, constatam-se, em meio a mega-avanços tecnológicos e científicos, a mais grave contradição e nudez do sistema capitalista: a extrema vulnerabilidade de grupos humanos, excluídos do acesso às condições elementares para o desenvolvimento de uma vida digna, como o abrigo, o alimento, a água e os direitos básicos como saúde, educação, trabalho, entre outros. Onde estão os que defendiam intransigentemente que o Estado não deveria intervir na economia, pois o mercado tudo resolveria?

O Brasil, com uma População atual de 192.924.526 habitantes (fonte: IBGE, 2010) – 5ª do mundo, tem cerca de 130 milhões vivendo com rendimento inferior ao salário mínimo necessário, que o Dieese calcula estar em torno de 2.293,31, ou seja, é preciso multiplicar por quatro o valor do salário mínimo vigente, para atender o preceito constitucional.<sup>1</sup>

Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim. (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).

A população em situação de rua, que até o momento não tem sido incluída nas pesquisas do IBGE, geralmente, não chega a uma aproximação do salário mínimo em vigor (em 2011 de 622,00) quando arrumam algum “bico”.<sup>2</sup>

As gritantes e escandalosas desigualdades sociais, onde alguns vivem no extremo luxo e muitos vivem na extrema miséria, acionam o princípio da justiça na Bioética. Contudo, se faz necessário ir além da Bioética médica e perceber a realidade de exclusão social.

São rostos humanos em corpos fragilizados pela exclusão. Encontram a rua como último espaço de existência, configurando uma

<sup>1</sup> Foi considerado em cada mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chega-se ao salário mínimo necessário.

<sup>2</sup> Identifica-se a palavra “bico” como um trabalho braçal temporário e breve.

categoria denominada de população em situação de rua. Pode-se considerar o crescente fenômeno do aumento significativo de moradores de rua como resultado de um processo crescente de empobrecimento sofrido nas últimas décadas.

Essa situação desmascara o sistema capitalista por tornar explícito o que o sistema busca esconder. Para a antropóloga Alba Zaluar, “quando a sociedade é desigual, continua a existir uma discriminação básica no sistema policial e jurídico, que identifica mais facilmente como criminoso o delinquente oriundo das camadas populares” (ZALUAR, 1996, p. 50).

Ao fazer com que a População em situação de rua continue ignorada, e seu existir, invisibilizado, o sistema capitalista revela sua mais perversa essência: sua lógica de exclusão quando se caracteriza pelo lucro como um absoluto e criminaliza as reações da classe empobrecida, impedindo qualquer tipo de questionamento à (des)ordem estabelecida.

Neste sentido, a avidez pelo lucro fácil gera o descuidar do meio ambiente e o descompromisso com a dignidade da vida, uma vez que explora e violenta seres humanos desprovidos de tudo e o faz de forma velada, escondida, para não ter dificuldades em sua justificação ideológica. Neste sentido a antropóloga acima referida, ao tratar das desigualdades sociais, afirma:

No Brasil, essa desigualdade social se dá não apenas pela péssima distribuição de renda do país, mas também pela distribuição desigual de conhecimentos sobre os direitos do cidadão e de acesso à justiça. A pobreza, então, deixa de ser a explicação para a criminalidade, afirmação que só aumenta os preconceitos contra os pobres, e passa a ser a razão para a colocação, com sucesso, do rótulo de criminoso no bandido pobre (ZALUAR, 1996, p. 50).

Isso continua a acontecer enquanto os grandes grupos econômicos lucram avidamente e, assim, duplicam e até triplicam seus lucros, apontando uma extraordinária acumulação de riquezas, extrapolando suas próprias metas, uma vez que não há freios éticos para um controle sobre os impactos ocasionados seja ao meio ambiente, seja aos grupos humanos vulneráveis, por eles facilmente tratados como descartáveis.

O ser humano torna-se então o homo-consumus, ou o consumidor, onde a pessoa vale pelo que consome: da superexploração do trabalho à justificativa ideológica de substituição da cidadania pelo consumo, de cidadão à consumidor. Deste modo vai se configurando uma ausência de

responsabilidade com a vida global e local, onde muitos seres humanos para sobreviver vão buscar sua refeição no lixo.

### **1.1 *Estão na rua porque querem ou por falta de opção***

Frequentemente, no senso comum ao referir-se à questão da população em situação de rua, boa parte das pessoas reproduzem o discurso de que eles estão na rua porque querem, por opção ou então por filosofia de vida. Pode-se caracterizar esse discurso como romântico, uma vez que não se considera o contexto de extrema vulnerabilidade, como revelam os crescentes assassinatos de pessoas em situação de rua em vários centros urbanos.

Cabe indagar até que ponto isso muitas vezes acaba sendo um discurso para negar ajuda e reforçar a indiferença e os preconceitos para com a população em situação de rua. Conforme Vieira,

a pobreza não se reduz, portanto, a uma questão meramente econômica, se constituindo também num parâmetro de avaliação social. Nesse contexto a população de rua, que indiscutivelmente se encontra numa situação de extrema pobreza, tem seu lugar social demarcado, sendo estigmatizada pela sociedade como um todo e pela classe trabalhadora em particular (VIEIRA, 1992, p. 18).

O discurso de que a população em situação de rua está nesta situação por querer, por vontade própria, pode também ser identificada como uma visão romântica por reproduzir uma meia verdade, escondendo ideologicamente as possibilidades de se ir à raiz desta grave questão social. Isso considerando que, do ponto de vista estrutural, para ir à raiz desta questão, o mercado de trabalho nesta sociedade capitalista se planeja levando em conta uma mão de obra de reserva, a sobra necessária, que tem como função “a regulação do sistema produtivo, seja pela pressão de oferta de trabalho no mercado, o que contribui para a manutenção dos salários num determinado patamar, seja pela disponibilidade de trabalhadores para situações de expansão econômica” (VIEIRA, 1992, p. 19). A população em situação de rua, porém vai ficando na margem da margem.

### **1.2 *Quem é o povo da rua?***

Utiliza-se a expressão “população de rua” ou “morador de rua” para designar grupos de seres humanos, homens na maioria, mas também

mulheres e crianças e em alguns casos, famílias inteiras que buscam a sobrevivência em situação de rua. Era comum conceituá-los como “mendigos”, termo considerado superado por pessoas e entidades que se empenham em prol da cidadania desses grupos humanos, denominados agora como população em situação de rua.

O relato de uma ex-moradora de rua é revelador de como eles se sentem quando nesta situação:

As pessoas tamo na rua, se elas não acharem um apoio, uma pessoa para descobrir elas pra depois elas se tornarem cidadãs, então elas continuam a mesma coisa. A gente vê as pessoas jogadas na rua, enquanto não chegar ninguém pra poder enxergar essas pessoas, elas não vão sair dali nunca! Ela se sente mendinga sim! Ela se sente sem valor nenhum. É por isso que ela bebe, ela fica suja, ela não toma banho. É por isso que ela não ta vivo.<sup>3</sup> (PASTORAL DO POVO DA RUA, 2003, p.16).

Isso aponta para uma tentativa de resposta à questão colocada, ou seja, sobre o estar na rua “porque quer”. Na realidade a precariedade e vulnerabilidade que a população em situação de rua enfrenta não lhe permite o sagrado direito à liberdade de escolha.

Em Curitiba, esse grupo humano hegemonicamente se encontra sem teto, sem saúde, sem espaços adequados para tomar um banho e lavar suas roupas, sem família ou muito longe da família, desempregado, obrigando-se em ambientes insalubres como os lixões ou as calçadas das ruas de Curitiba. A população em situação de rua não fez uma opção para viver neste estado de vulnerabilidade. Nas conversas realizadas com essa população, identifica-se uma força incrível por querer viver e sair dessa condição de miserabilidade.

Nota-se que a Pastoral percebe ser este povo formado por uma diversidade de segmentos com características distintas e com identidades e modos de vida, em alguns aspectos, bem diferentes também. Improvisam casa sob viadutos e marquises, ou dormem nos mocós.<sup>4</sup> Estão desprotegidos porque não têm amparo público adequado. Curitiba tem um déficit social e habitacional de grandes proporções, de modo especial para com a população em situação de rua.

<sup>3</sup> Depoimento coletado pela Pastoral do Povo de Rua em 2003.

<sup>4</sup> Mocós são espaços em casas abandonadas, buracos onde eles se abrigam temporariamente.

Segundo dados do MNPR – Movimento Nacional da População de Rua – no Estado do Paraná, em 2009, só em Curitiba havia pelo menos 2.776 pessoas adultas morando nas ruas, na mais extrema vulnerabilidade. Os albergues mal conseguem abrigar 300 pessoas.

Nesta capital há uma enorme deficiência de políticas públicas para responder a tantas demandas sociais, econômicas, habitacionais, alimentares, políticas e culturais com relação à população de rua. Como contrapontos, há os agentes da Pastoral do Povo de Rua, que costumam relacionar o povo da rua como o povo de Deus, reconhecendo neles toda dignidade que deve ter um filho de Deus. Além de estabelecer diálogo, solidariedade e amizade, buscam acompanhar as iniciativas do MNPR para somar forças e fortalecer suas lutas por políticas públicas adequadas.

### **1.3 Características da população em situação de rua**

A população em situação de rua, apesar da diversidade e pluralismo dos contextos, constituem traços comuns que marcam a própria identidade, como o estar sem moradia, sem trabalho, sem alimentação, sem água, sem lugar para sua higiene pessoal, como tomar um banho ou lavar suas roupas, sem formação, sem proteção, sem tratamento de saúde, enfim, sem cidadania. Porém é importante observar que fazem parte de uma realidade complexa.

Na realidade, há uma variedade de grupos cujos nomes e práticas identificam-se de maneiras diversas e transformam-se em modos de vida diferentes, como trecheiros(as), moradores(as) de rua, moradores(as) de viadutos e de espaços ociosos, catadores(as) de materiais recicláveis, portadores(as) de sofrimento mental.

Cada uma dessas categorias compreende uma postura e respostas diferentes como segue a demonstração levantada pela Pastoral do Povo de Rua.

#### **1.3.1 Trecheiros(as)**

Distanciados da família onde houve um contexto de ruptura dos laços familiares e/ou do trabalho, buscam a sobrevivência nos caminhos do país. Caminham de cidade em cidade, de vila em vila, de campo a campo. Raramente retornam à família, por isso seu destino mais fácil é tornarem-se moradores de rua. Em suas sacolas trazem poucos pertences e às vezes nem mesmo os documentos. “Pegam o trecho”, muitas vezes fugindo de conflitos.



### **1.3.2 *Moradores de rua***

Sobrevivem através de pequenos “biscates e bicos”. Dormem nas calçadas, debaixo de marquises, nas portas dos estabelecimentos comerciais ou em outros espaços públicos até serem expulsos desses locais, seja pela intervenção policial, seja por outras formas de maus-tratos da população, tais como o despejo de óleo diesel, água ou álcool nos locais onde se deitam e até mesmo a absurda prática cruel de atear fogo nessas pessoas e em seus poucos pertences, quando estão dormindo (PASTORAL DO POVO DA RUA, 2003, p. 21).

A ausência de políticas públicas adequadas para incluir esta população a um nível mínimo de cidadania os coloca na mais extrema vulnerabilidade, ou seja, na susceptibilidade de serem feridos. Há denúncias por parte da população em situação de rua de Curitiba da ação violenta dos skinheads, que utilizam uma bota com uma ponta de aço para chutar a boca e a cabeça das pessoas em situação de rua quando elas estão dormindo nas ruas, calçadas, marquises e praças públicas. Outras vezes eles costumam jogar líquido inflamável. Até o momento ninguém foi punido por tais práticas.

### **1.3.3 *Moradores de viaduto e de espaços ociosos***

Este grupo constrói alguma relação ou vínculo familiar e reproduzem as moradias convencionais debaixo de pontes e viadutos, buscam um mínimo de privacidade e estabilidade. São estigmatizados como “maloqueiros”. Escondem-se na paisagem urbana, sem um rosto definido. Tudo é improvisado: a casa, a cama, a comida, o trabalho, a vida. O dia a dia é marcado pela busca de alimento ou alguns trocados.

A violência, seja nos conflitos internos diante de alguma transgressão do código estabelecido pelo mesmo grupo, seja nos conflitos externos, cujo momento mais dramático é o enfrentamento com o poder público, tem configurado o seu cotidiano. O alcoolismo e dependência química têm agravado situações de conflitos e tensões nestes espaços.

O que ocorre nesses casos pode considerar-se uma espécie de antipolítica pública, pautada por uma prática de violência e ações de “higienização”, ou seja, da retirada à força destes grupos humanos destes espaços, porém sem a preocupação com alguma proposta de moradia, trabalho e cidadania para os mesmos.

### **1.3.4 *Catadores(as) de materiais recicláveis***

São trabalhadores e trabalhadoras que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis. Há duas ramificações desta categoria: os que são catadores que coletam material reciclável nas ruas e os que trabalham nos lixões.

Os que trabalham nas ruas percorrem-nas empurrando pesados carrinhos, feitos de madeira ou até mesmo improvisados. Fazem a coleta de porta em porta, ou de ponto em ponto, dos mais diversos tipos de papel, plástico, alumínio, sucata e outros objetos comercializáveis no mercado da reciclagem e os levam para um centro de triagem e, quando não organizados em associações ou cooperativas, para debaixo de algum viaduto, onde separam os materiais por tipo, até torná-los aptos à comercialização.

Trabalham sozinhos ou com a família, comercializam os materiais em depósitos de atravessadores, trabalham com seus próprios carrinhos ou com os dos depósitos, o que em muitos casos vincula o catador ao atravessador. Na maioria das vezes, dormem dentro desses carrinhos de coleta de material reciclável.

Outra categoria de catadores são os catadores que trabalham nos lixões e que se fixam próximo aos mesmos. Parte dessa massa de desempregados e desamparados, sem moradia, busca as áreas ambientalmente degradadas para se fixar, não porque quer, mas por falta de condições e alternativas.

Pode-se afirmar que a maioria das pessoas que trabalham em condições extremamente adversas, num ambiente de alto risco, como é o caso dos catadores que residem em torno do rio Belém, na cidade de Curitiba, configurando os ribeirinhos urbanos, enfrentam além da poluição e odor deste rio, seguidas enchentes que destroem o pouco que conseguem adquirir, sem falar dos graves riscos à saúde.

### **1.3.5 *Portadores (as) de sofrimento mental***

Embora os portadores de sofrimento mental sejam quase sempre solitários, centrados em si mesmos; embora vivam e vejam o mundo a partir de si mesmos, conseguem manter algum laço de sociabilidade, ou pelos conflitos que causam ou por curiosas e interessantes relações de solidariedade que constroem (PASTORAL DO POVO DA RUA, 2003, p. 26).

Essas pessoas de comportamentos diferentes nem sempre são bem-vindas ou respeitadas como pessoas com necessidades especiais.

Sobrevivem na excentricidade e no abandono. Pode-se afirmar que essa categoria sobrevive na mais extrema vulnerabilidade, sujeita a todo tipo de violência e riscos.

## 2 O que faz ser povo da rua

É preciso analisar o modo de produção e suas respectivas consequências, pois a população em situação de rua é resultado de determinado modo de produção e organização social que proporciona exclusão social. Desse modo, tornar-se um morador(a) de rua, é consequência de “um processo perverso que, além de afetar individualmente as pessoas, é parte da complexa lógica das relações econômicas, sociais, políticas e culturais do sistema capitalista global” ( PASTORAL DO POVO DA RUA, 2003, p. 30). Sem possibilidade de entrar no mercado de trabalho formal, persiste na informalidade, sobrevivendo das sobras, dos restos que a sociedade de consumo descarta como lixo.

Pode também considerar o paradoxo do que seja ser da rua. Entre as inúmeras histórias de vida das muitas trajetórias das pessoas em situação de rua em Curitiba, algumas se depararam com a rua como única alternativa frente aos contextos de ruptura familiar e busca de um meio de sobrevivência e trabalho num centro urbano maior. A rua acaba sendo lugar de liberdade e prisão; de solidariedade e violência; de espiritualidade e preconceitos. Contudo ser da rua, em Curitiba, tem sido estar no lugar de sofrimento e vulnerabilidade diante da ausência de políticas públicas.

O povo da rua não tem casa, no entanto ocupa espaços vazios e ociosos da cidade; recicla materiais achados no lixo e cria espaço alternativo que lhe oferece privacidade. O espaço e as coisas são recriados uma vez que não lhe sobra alternativa: “sem colchão, coloca o papelão que o separa do chão; sem guarda-roupa ou armário, esconde seu cobertor em bueiros, árvores ou esconderijos da cidade. Conhece cada palmo da cidade e faz dele o seu lugar afetivo e construtivo da vida e esperança”. (PASTORAL DO POVO DA RUA, 2003, p. 33).

Observam-se em Curitiba alguns lugares estratégicos onde pequenos grupos guardam suas coisas, como roupas, utensílios. Um desses lugares fica no final do viaduto Colorado, indo em direção à Rodoferroviária de Curitiba. O local fica na beira do Rio Belém que

serve de esgoto, mas que também serve de lugar de moradia entre o barranco do rio e a calçada, que neste caso serve de teto.

### **3 Lutas atuais da população em situação de rua em Curitiba**

Depois do surgimento da Pastoral do Povo da Rua na cidade de Curitiba, que incentivou e reuniu a população em situação de rua, surgiram lideranças que hoje conduzem o MNPR – Movimento Nacional da População de Rua – em sua seção como articulação no Estado do Paraná.

O MNPR no Paraná tem atuação e articulação em pelo menos cinco cidades: Paranaguá, Londrina, Cascavel, São José dos Pinhais e Curitiba. Em maio de 2011, organizaram, em parceria com a Pastoral do Povo de Rua e outros apoiadores, a I Oficina para discutir moradia e população de rua, no auditório do Sindicato dos Bancários, onde lançaram a Carta da População em Situação de Rua, colocando suas proposições para uma política pública adequada.

Eles iniciam a carta numa perspectiva de afirmação de direitos quando dizem:

Reafirmamos a importância da luta desse segmento contra a desigualdade e discriminação, ratificando nosso compromisso na reivindicação persistente pela afirmação de direitos e pela busca de condições que viabilizem o acesso às políticas públicas (Carta aberta da I Oficina Estadual sobre Moradia e População de Rua, 2011).

Os participantes socializaram o que diz a Política Nacional para População em Situação de Rua, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.053/2009.

Trazem um entendimento que o poder público precisa compreender para construir um respeitoso projeto de políticas públicas, ao dizer na Carta Aberta:

Compreendemos como fundamental o acesso à moradia digna e a concretização do direito à cidade, na medida em que correspondem a instrumentos indispensáveis para efetivação da cidadania plena. Ressaltamos, entretanto, que a discussão das modalidades de moradia para a população em situação de rua não se esgota

simplesmente na reivindicação por habitações individuais. Ao contrário, a diversidade de situações e as diferenças de grau de organização e autonomia dos setores da população em situação de rua, demandam a estruturação de um fluxo de políticas públicas com soluções distintas e adequadas a cada circunstância – desde o processo de saída da rua até o momento de acomodação definitiva em moradia individual. Nesse sentido, o primeiro passo para uma abordagem séria e integral do problema é a identificação, em âmbito estadual e municipal, da tipologia de necessidades dessa população, bem como a realização de diagnóstico quantitativo e territorialmente distribuído de suas especificidades, resultante num panorama geral concreto, o qual permita a incorporação institucional dessas demandas e a intervenção qualificada do Estado, nos moldes de ações nacionais já existentes (MNPR, Carta Aberta, 2011).

Esse encontro no Sindicato dos Bancários de Curitiba trouxe uma rica discussão em que a própria população em situação de rua identificou várias situações ou categorias de vivências na rua, desde os ditos “caídos” até os que já encontraram trabalho, mas que precisam de uma estrutura mínima onde possam lavar suas roupas, tomar um banho para poder ir ao trabalho em condições dignas, de modo que não sejam demitidos logo nos primeiros dias.

Ao tratar a especificidade de como deveriam ser as respectivas moradias, eles, após discussões em grupos, propuseram um jeito realista que contempla as três diversas situações em que se encontra a população em situação de rua como vemos na continuação da Carta Aberta:

No caso dos membros da população de rua em situação crônica – com vínculos sociais frágeis e dependência de álcool/drogas – propõe-se sejam acolhidos por casas transitórias, com acompanhamento profissional voltado à saúde física e mental até o momento de sua recuperação. Já para os setores da população que estão em fase de transição, de estabilização e conquista da autonomia, existe a possibilidade de moradia em repúblicas, ou seja, habitações compartilhadas coletivamente e assessoradas por técnicos especializados para a organização inicial.

Para aquelas pessoas em situação de rua que já possuem maior nível de organização e estabilidade, com acesso a trabalho e renda, há a indicação das moradias individuais, obtidas por diversas formas como locação social, aquisição em programas habitacionais, etc.

A locação social aqui mencionada se refere à produção de casas e apartamentos de propriedade do poder público, para serem disponibilizados à população, fixando-se o valor de aluguel em função da capacidade de renda de cada um. A utilização da locação social deverá perdurar até a estabilização mínima da renda que viabilize o acesso a um programa habitacional para aquisição de uma habitação definitiva (MNPR, 2011).

Ao final da Carta, colocam a necessidade da urgência de uma agenda estadual sobre moradia e uma Política Estadual para População em Situação de Rua, para que se possa avançar no debate, e concluem firmando-se como atores dessa organização e mobilização popular e, conseqüentemente, como interlocutores do poder público na construção de respostas concretas a essas reivindicações quando afirmam: “Seguiremos lutando, na certeza de que uma sociedade mais justa e igualitária é possível e necessária” (MNPR, 2011).

#### **4 Bioética e vulnerabilidade**

Neste tempo de crise de valores, onde a dignidade do ser humano em vulnerabilidade está abalada, surge para a Bioética o apelo para repensar o todo da vida e não fragmentadamente como impõe o sistema de exclusão. Pensar o todo nas partes e as partes no todo constitui o caráter da Bioética como se observa.

Está em seu período embrionário, há cerca de quatro décadas, surge justamente num contexto de profunda crise da ética normativa, frente à falência de valores universais que orientam condutas humanas. Coloca-se na pauta o valor da dignidade da vida humana.

Para Barchifontaine e Pessini, ao tratar de políticas de saúde no Brasil, há que se tratar das desigualdades sociais:

Ao se examinar a situação de saúde no Brasil, encontramos uma série de problemas, conseqüências das condições de vida da população, e que refletem desigualdades de várias ordens, fruto de uma distribuição desigual de riquezas e de oportunidades. Nossa sociedade é extremamente desigual. Poucos têm muitos direitos e muitos têm quase nenhum. O mesmo ocorre com a distribuição de renda e dos recursos públicos. Há grande diversidade entre as regiões e as cidades brasileiras. A título de exemplo, a mortalidade infantil é muito maior na região Nordeste do que na Sul e na Sudeste.

Os indivíduos com maiores salários vivem mais anos do que aqueles que ganham apenas um salário mínimo (PESSINI, 2010, p. 173).

Ao trazer esta problemática no livro “Problemas atuais de Bioética”, os autores apontam o caráter transdisciplinar da Bioética. Diante da violência, das tentativas de imposição do capitalismo globalizado, o ser humano foi coisificado e, portanto, utilizado como cobaia. Nesse contexto de baixa projeção ética, é que a Bioética se propõe a tarefa de reconstruir parâmetros para fundamentar as condutas, no que seria uma ética prática, no respeito profundo da dignidade humana.

A Bioética, portanto, surge num contexto de situação limite em que a vida humana necessitava de um grito por dignidade e reafirmação frente aos desmandos e abusos. Quanto à questão metodológica, “é indispensável registrar o caráter obrigatoriamente multi-intertransdisciplinar da bioética” (GARRAFA, 2006; CORDON, 2006, p. 12).

Trata-se aqui do conceito de Bioética a partir de diversos olhares, como por exemplo, em Peter Singer. Para ele a Bioética como “uma ética aplicada, chamada também de “ética prática”, que visa tratar dos conflitos e controvérsias morais implicados pelas práticas no âmbito das ciências da vida e da saúde do ponto de vista de algum sistema de valores” (SINGER, 1994, p. 11). Esse modo de pensar limita a Bioética no espaço das ciências da saúde, ao passo que questões como as populações em situação de rua exigem um pensar a realidade mais amplamente, envolvendo o todo da vida humana, e isso inclui a dimensão social, a estrutura social e as graves desigualdades.

Alguns autores entendem que a bioética, apesar de ser “ética aplicada”, em sua essência, deva dedicar-se à reflexão moral e ética sobre os conflitos que envolvem a vida humana.

Prefere-se ver a Bioética como uma nova disciplina mais abrangente, mais comprometida com a realidade, mais inclusiva que exclusiva, mais “politizada”, como uma nova ferramenta teórico-metodológica que tem responsabilidades concretas em relação não somente ao estudo e interpretação das questões éticas, mas, principalmente com a formulação das respostas possíveis e mais adequadas para os problemas constatados na totalidade complexa que abrange um conjunto maior de pessoas. A essa nova escola de bioética brasileira, nas palavras do filósofo Wilton Barroso, denominamos de “Bioética de intervenção”, a qual constitui desde 1998 o principal eixo investigativo da Cátedra UNESCO de Bioética da UnB (GARRAFA, 2006, p.12).

Para Mario Antônio Sanches, a Bioética pode ser entendida como “a ciência do comportamento moral dos seres humanos frente a toda intervenção da biotecnociência e das ciências da saúde, sobre a vida, em toda a sua complexidade” (SANCHES, 2004, p. 21). Deste modo, a Bioética abre-se ao entendimento da complexidade que abrange o ser humano e neste caso o ser humano excluído e em situação de vulnerabilidade.

O conceito da teologia que se constitui em abertura de um olhar pertinente da Bioética, por sua vez, pode ser compreendido como a ciência que estuda sistematicamente o dado da fé e está inserida, mais amplamente, no contexto de uma crença religiosa e suas relações com o todo da vida. Ao tratar da Teologia, trilha-se pela perspectiva da Teologia da Libertação que surge como pioneira no pautar a vulnerabilidade social e as realidades de exclusão e injustiças, que produzem a opressão e geram uma população de oprimidos. Conforme o teólogo Marcio Fabri dos Anjos:

Ao dar à Bioética um poder de percepção sobre estruturas sociais, a reflexão brasileira tem boas perspectivas de continuar desenvolvendo valores e juízos que contribuam para a superação das discriminações e para o estabelecimento de relacionamentos de equidade em meio às diferenças (ANJOS, 2007, p. 20).

Van Renssenlaer Potter, criador do termo bioética no início da década de 70, propõe o termo Bioética “como forma de enfatizar os dois componentes mais importantes para se atingir uma nova sabedoria, que é tão desesperadamente necessária: conhecimento biológico e valores humanos”<sup>5</sup> (POTTER, 1971).

O termo Bioética, encontrado na *Encyclopedia of Bioethics*. 2nd ed. New York; MacMillan, 1995, Reich WT define de uma maneira ampliada e também plural como “o estudo sistemático das dimensões morais – incluindo visão moral, decisões, conduta e políticas – das ciências da vida e atenção à saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas em um cenário interdisciplinar”. Torna-se praticamente comum o entendimento da bioética como proprietária de um caráter transdisciplinar, plural, transversal e em permanente diálogo com as demais ciências.

Fermin Roland Schramm, representante da Bioética da Proteção, entende que:

---

<sup>5</sup> VAN RENSSLAER. *Bioethics: Bridge to the future*, 1971.



A Bioética tem uma tríplice função, reconhecida acadêmica e socialmente:

- a) descritiva consistente em descrever e analisar os conflitos em pauta;
- b) normativa com relação a tais conflitos, no duplo sentido de proscriver os comportamentos que podem ser considerados reprováveis e prescrever aqueles considerados corretos;
- c) protetora, no sentido, bastante intuitivo, de amparar, na medida do possível, todos os envolvidos em alguma disputa de interesses e valores, priorizando, quando isso for necessário, os mais ‘fracos’ (SCHRAMM, F. R. 2002, *Bioética para quê? Revista Camiliana da Saúde*, ano 1, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002).

Schramm, ao abordar a pertinência da proteção ao vulnerável e, portanto, passível de ser ferido, traz para a Bioética aspectos do princípio de responsabilidade de Hans Jonas.

Para Ladriere a Bioética não é nem um saber, mesmo que inclua aspectos cognitivos, nem uma forma particular de competência ou capacidade, mesmo que inclua experiência e intervenção, nem uma deontologia, mesmo incluindo aspectos normativos. Trata-se de uma prática racional muito específica que põe em movimento, ao mesmo tempo, um saber, uma experiência e uma competência normativa, em um contexto particular do agir que é definido pelo prefixo “bio”. Poderíamos caracterizá-la melhor dizendo que é uma instância de juízo prático, que atua em circunstâncias concretas e ao qual se atribui uma finalidade prática através de várias formas de institucionalização. Assim, “a bioética constitui uma prática de segunda ordem, que opera sobre práticas de primeira ordem, em contato direto com as determinações concretas da ação no âmbito das bases biológicas da existência humana”<sup>6</sup> (LADRIERE, 2000, p. 201-202).

Para Kottow, “a Bioética é o conjunto de conceitos, argumentos e normas que valorizam e justificam eticamente os atos humanos que podem ter efeitos irreversíveis sobre os fenômenos vitais” (KOTTOW, 1995, p. 53). Considerando que toda ação compreende uma reação, esta está situada geográfica, cultural e historicamente.

A Bioética em nossa realidade latino-americana e mais especificamente brasileira traz a missão de responder aos desafios dados pela nossa realidade, constituída de graves contradições sociais: a extrema acumulação de riquezas e a extrema pobreza e vulnerabilidade.

<sup>6</sup> LADRIERE, J. Del sentido de la Bioética. *Acta Bioética* VI (2): 199-218, p. 201-202).

Nesta perspectiva, o estudo surge da necessidade de averiguar a complexa realidade em que se encontram grupos humanos sobrevivendo em extrema vulnerabilidade e visa analisar a realidade da população em situação de rua, no contexto urbano do município de Curitiba.

Objetiva, ao mesmo tempo, por meio da pesquisa de campo, identificar elementos para a elaboração de Políticas Públicas adequadas e respeitadas para esta população, considerando naturalmente o ser sujeito histórico de sua libertação, na participação efetiva na elaboração e fiscalização de Políticas Públicas.

Este grupo humano, descartado pelo mercado e invisibilizado pelo poder público, mas visível na realidade das ruas, encontra-se em situação de vulnerabilidade agravada pela falta de moradia, saúde, formação e trabalho. A indiferença generalizada diante da população em situação de rua se constitui um desafio para a Bioética de intervenção e Bioética da proteção em nosso contexto latino-americano.

Assim como se constitui em pertinente desafio em nossa realidade brasileira, neste caso à Pastoral do Povo da Rua, militante em prol da solidariedade ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua e na afirmação da dignidade e direitos desta população em situação de vulnerabilidade e como se observa em casos de extrema vulnerabilidade.

Os sujeitos em questão são os moradores de rua, identificados aqui como população em situação de rua. A pesquisa visa analisar as realidades específicas dos sujeitos envolvidos a partir de seus contextos e inter-relações, bem como do contingente de motivações, tudo somado aos dramas familiares ocasionados pelo alcoolismo e drogas.

O interesse e despertar por esse grupo humano nasceu da observação e interação com essa população em situação de rua em suas vindas ao Centro Redentorista de Ação Social do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em busca de roupas e ajuda; e também, parte das reflexões sobre o fenômeno da globalização do capital e de sua conseqüente lógica do descarte de grupos humanos, aliada à complexidade do contexto urbano com seu significativo número de pessoas que vivem em situação de rua nos grandes centros urbanos, na luta pela sobrevivência.

Esses grupos humanos, denominados aqui população em situação de rua, são considerados “seres descartáveis” pelo mercado, porque não se encaixam na “lei da rentabilidade”, nem representam “valor” econômico, como era para os escravos. Diante dessa realidade, surge uma pertinente questão: O que e como fazer para que a dignidade

humana volte a ser referência de “valor”? De acordo com o teólogo Hugo Assmann, nem sequer parece correto aplicar-lhes o conceito clássico de “exército industrial de reserva”, porque só uns poucos deles entram nos cálculos de rotatividade do trabalho barato (ASSMANN, 1994, p. 5).

E ao ter presente a lógica do sistema capitalista onde a exclusão impera, surge a necessidade de uma leitura da realidade em que a dignidade do direito pleno à vida seja garantida a todos. É importante enfatizar que, sujeita à vulnerabilidade, a população em situação de rua elabora em seu cotidiano um modo próprio de ser e de enfrentamento. Portanto, é observado o conceito de vulnerabilidade enquanto trata da condição existencial inerente a todo ser vivo.

O termo *vulnerabilidade* vem sendo utilizado tanto no campo da Bioética Médica, quanto no Campo Social e tem-se apresentado frequentemente em Bioética como um desafio para a ação do sujeito autônomo diante de sujeitos vulneráveis. A proposta de pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a realidade dos sujeitos em situação de rua que frequentam o Centro Redentorista de Ação Social do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Curitiba, tendo em vista uma resposta e efetiva solidariedade.

Observa-se que os moradores de rua que frequentam o Centro constituem um grupo bem diferenciado em relação às outras pessoas vindas da periferia de Curitiba e Região Metropolitana, que vêm em busca de cursos, emprego, alimento e roupas. Na maioria das vezes estes se limitam a buscar apenas roupas e um pouco de alimento. Este fato leva a indagar o porquê dessa situação.

Diante dos relatos de vida e das experiências de descaso por parte do poder público e de desprezo por parte da sociedade, questiona-se o que poderia ser feito para transformar tal situação. A realidade vivida pela população em situação de rua nos coloca diante da necessidade de uma Bioética de Intervenção, na busca de conceitos necessários para fundamentar e integrar ações concretas no cotidiano desses sujeitos.

Pretende-se com esta pesquisa estabelecer um diálogo com a Pastoral do Povo de Rua, para levantar dados e informações sobre os processos de formação e de planejamento de ações propositivas com a População de Rua. São notáveis as palavras da igreja, refletida em Puebla, quando afirma que os pobres possuem um potencial evangelizador, “enquanto estes a interpelam constantemente (a Igreja), chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de

solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o Dom de Deus” (PUEBLA, 1147).

É tomando parte nesta história de Deus e do seu povo que a Pastoral do Povo de Rua vai se construindo, simultaneamente, na dupla fidelidade – a Deus e aos Pobres – neste deserto moderno e urbano que são as ruas de nossas cidades ( PASTORAL DO POVO DA RUA, 2003). Busca-se, ainda, com este estudo, apresentar uma contribuição ao debate acerca da Bioética de Proteção e de Intervenção.

A crescente concentração de pessoas nos grandes centros urbanos revela paralelamente a enorme contradição entre a cidade vista como lugar ideal de realização, mas, ao mesmo tempo, um espaço do sofrimento e exclusão. Dentre a parcela dessa imensa população encontram-se os chamados sobrantes descartados pelo sistema e os que constituíram uma reserva barata de mão de obra. Diante da complexidade das relações e das fragilidades de referências que compõem o grande contingente da população em situação de rua, questiona-se: Quais são os desafios para a Bioética? A vulnerabilidade, a exclusão, a invisibilidade, o desprezo, a violência e os preconceitos imperam os processos de planejamento e de formação para com estes sujeitos? Qual é a história de vida e por que tais sujeitos se encontram em condição de (in)dignidade, em situação de moradores de rua? A vulnerabilidade da população em situação de rua interfere nas relações de convivência com eles próprios? Há vida na população de rua? O que eles querem dizer estando nessa situação? Qual é o sentido de vida colocado por suas experiências? Que desafios trazem à Bioética e à Teologia?

A População em Situação de Rua se encontra num estado de vulnerabilidade e é formada em sua maioria por pessoas alfabetizadas e jovens, que abandonaram suas casas por problemas com álcool ou drogas, perda do emprego, falta de perspectiva de futuro e trabalho em seus lugares de origem, ou ainda, por desavenças familiares. Estará esta população conformada com seu estado de exclusão, relegada à invisibilidade, desconforto e preconceito de toda ordem no contexto urbano, ou ainda é possível perceber sinais de vida rearticulada e reorganizada neste grupo humano no atual e complexo contexto urbano? Podem eles despertar seu potencial transformador apontando pistas para que a dignidade humana volte a ser referência de valor, sendo possível os sujeitos em questão somar na luta por outra sociedade alternativa ao capitalismo neoliberal ou, de outro modo, estariam os seus sonhos e despertar para a afirmação da vida, mortos?

Convive-se atualmente com o crescente aumento de expectativas, de exclusão social e pobreza. A Bioética é fruto dessas inquietações, das transformações sociais e das mudanças na vida pública, de lutas como as protagonizadas pela população indígena, população em situação de rua, por uma saúde pública de qualidade, entre outras, em busca de direitos civis. O respeito à vulnerabilidade e a preservação da integridade da pessoa humana estão na raiz da Bioética, a partir da luta pelos Direitos Humanos.

A temática da vulnerabilidade, a partir da década de 90, vem sendo abordada e evidenciada em importantes documentos de caráter ético-jurídico e de alcance internacional.<sup>7</sup> Para o aprofundamento dessa temática, far-se-á referência a autores que se fundamentam na Bioética da Proteção e Bioética de Intervenção, tais como, Schramm e Garrafa.

O VI Congresso Mundial de Bioética, ocorrido em Brasília, em 2002 gestou a semente de uma bioética politizada. “Uma bioética que deixe de ser meramente descritiva ou simplesmente analítica de situações conflitivas, para tornar-se um instrumento concreto para a construção de uma sociedade mais democrática” (GARRAFA E PESSINI, 2003, p. 14).

Observa-se que a população em situação de rua geralmente é encarada com um olhar de desprezo, indiferença, medo, intolerância e preconceitos lançados pela sociedade neste contexto megaurbano. Tais elementos direcionam para ações violentas de repulsa e descaso como se essa população não merecesse viver, sentir, relacionar-se, reproduzir e amar. Por outro lado, há também olhares de compaixão, solidariedade e companheirismo, ações inclusivas propiciadoras de mais vida e ruptura de preconceitos, como a Pastoral do Povo da Rua.

Essa observação tem como foco o respeito pela dignidade humana, pois acredita-se que cada ser humano, independente da sua situação, é chamado à vida e à transcendência. Segundo Mario Sanches;

o ser humano se faz na relação com o Transcendente, com os outros humanos, e com o cosmo, numa determinada cultura; por outro lado, ser humano é exatamente ter determinada constituição biológica que faça um indivíduo pertencer à espécie *Homo Sapiens*, e não a outra espécie qualquer (SANCHES, 2004, p. 85).

<sup>7</sup> NEVES, M. P. Sentidos da vulnerabilidade: característica, condição, princípio. In: *Revista Brasileira de Bioética*, v. 2, n. 2, p. 161, 2006.

O fenômeno da população em situação de rua nos coloca diante do fato de que os homens desde os tempos imemoriais, sempre tiveram a capacidade de destruir-se mutuamente por meio da violência (ZALUAR, 1996, p. 9).

Essa pesquisa busca refletir sobre Bioética de Intervenção e da Bioética da Proteção, e conforme esclarecem alguns atores estão em construção. Para Cruz e Trindade, “a Bioética de intervenção não é, de forma alguma, proposta concluída, a qual não cabe reformulações ou acréscimos que agreguem consistência a esse pensar bioético” (CRUZ E TRINDADE, 2006, p. 9).

Sabe-se também que a Pastoral da População de Rua é uma interlocutora e importante parceira e tem junto a sua atuação denunciado os mecanismos de exclusão quando afirma: “Existem inúmeros programas e projetos que afrontam a dignidade e a cidadania do povo. Muitos deles apresentam e defendem políticas compensatórias e higienizadoras”.<sup>8</sup> No entanto, é preciso considerar a vulnerável e fragilizada situação na qual a população de rua vem se encontrando. Com base nessa afirmação, questiona-se: Há vida na população de rua?

O problema da população de rua se constitui em tema relevante e desafiante para a Bioética. Para tanto, faz-se necessário remeter esses desafios a uma compreensão antropológica e ética e confrontá-los. “A vida humana deve gozar de uma valorização igual e independente de circunstâncias e situações. É necessário ser coerente no apreço a vida” (JUNGUES, 1999, p. 117).

Para o teólogo redentorista Marciano Vidal, “a moral vivida (ethica utens, na linguagem de Santo Alberto Magno) tem sua fundamentação e sua justificação na moral pensada (ethica docens)” (VIDAL, 1999, p. 211). A afirmação da vida, independente de quem seja esta vida, clama por uma ética da corresponsabilidade.

## Considerações finais

A Bioética no Brasil, com uma caminhada ainda jovem, aponta temas que revelam uma abertura do pensamento contemporâneo a partir do chão da realidade brasileira, onde se depara com o contexto da extrema desigualdade social. E não precisa ir muito longe para constatá-la, daí porque o desafio de estudar temas que vão ao en-

<sup>8</sup> PASTORAL DO POVO DA RUA. *Vida e Missão*, Loyola, 2003. p. 58.

contro da extrema vulnerabilidade, porém numa perspectiva transdisciplinar.

Neste sentido o tema traz presente nosso contexto urbano, em que a vulnerabilidade da vida de seres humanos, retratada na realidade, vivenciada pela população em situação de rua em Curitiba assim como nos grandes centros urbanos, aborda paralelamente o tema da responsabilidade e da solidariedade com a vida toda e de toda a vida, de modo especial aquelas em estado de extrema vulnerabilidade e não mais tão invisíveis.

Hans Jonas, ao tratar sobre os efeitos desmoralizantes da exploração econômica, lembrando Friedrich Engels, afirma, ao tratar os primeiros tempos do capitalismo industrial: “a distribuição injusta dos bens, pode conduzir um grande número de despossuídos à degradação da sobrevivência mais elementar” (JONAS, 2006, p. 275).

A contradição do sistema capitalista está exposta desde sua origem e vem consumindo muitas vidas e criando novas formas de exclusão. Coloca para a Bioética e outras ciências de caráter pluri, multi e transdisciplinar o desafio de pensar o todo da vida, fazendo uma opção, e tendo como ponto de partida a superação das injustiças e exclusão de seres humanos como o exemplo do bom samaritano (*Lc 10, 29-37*). Para além das diferenças ideológicas se possa socorrer e erguer o ferido, bem como em corresponsabilidade reafirmar, junto com Bernhard Haring, a dignidade da pessoa humana, “nos homens de hoje, e também em muitos daqueles que não se consideram nem se definem como fiéis no sentido cristão, existe uma grande sensibilidade pela dignidade de cada pessoa humana, sem distinções baseadas no sexo, na cor, na raça...” (HARING, 1976, p. 195).

Por fim este estudo coloca a necessidade de se avançar nas reflexões e postulação de uma ética que promova a vida, e a corresponsabilidade com a humanidade e dentro dessa humanidade os mais pobres e excluídos como é o caso da população em situação de rua, ainda recrucificada, queimada e barbarizada nas ruas de Curitiba e em outros grandes centros urbanos desde o início do século XXI.

## Referências

ANJOS, M. F. *Bioética no Brasil: Tendências e Perspectivas*. Aparecida, SP: Ideias e Letras; São Paulo: Sociedade Brasileira de Bioética, 2007. p. 20.

- ASSMANN, Hugo. *Desafios e falácias: ensaios sobre a conjuntura atual*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulinas, 1990.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Cap. II: Dos Direitos Sociais, art. 7º, inc. IV. 1988.
- BRASIL. Decreto Federal nº 7053/2009.
- CARTA ABERTA DA I OFICINA ESTADUAL SOBRE MORADIA E POPULAÇÃO DE RUA, CURITUBA, 2011.
- CELAM. *Documento de Puebla*, nº 1147. São Paulo: Paulinas, 1979.
- CRUZ E TRINDADE. Bioética de Intervenção – uma proposta epistemológica e uma necessidade para sociedades com grupos sociais vulneráveis. In: *Revista Brasileira de Bioética*, v. 2, n. 4, p. 9, 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- GARRAFA, Volnei; CORDON, Jorge (Orgs.). *Pesquisas em Bioética na Brasil de hoje*. São Paulo: Gaia, 2006.
- HAERING, B. *As bem-aventuranças: testemunho e engajamento social*. São Paulo: Paulinas, 1976.
- KOTTOW, M. *Introducción a la Bioética*. Chile: Editorial Universitária, 1995. p. 53.
- JONAS, Hans. *O principio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.
- JUNGES. *Bioética: hermenêutica e causística*. São Paulo: Loyola, 2006.
- LATRIERE, J. Del sentido de La bioética. *Acta Bioéthica*, v. VI, n. 2, p. 201-202.
- PASTORAL DO POVO DA RUA. *Vida e Missão*. Loyola, São Paulo, 2003.
- PESSINI, L. *Problemas atuais de bioética*. Leocir Pessini, Christian de Paul Barchifontaine. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Centro Universitário São Camilo-Loyola, 2010. p. 173.
- POTTER, Van Rensselaer. *Bioethics: Bridge to the future*. 1971.
- REICH, W.T. *Encyclopedia of Bioethics*. 2. ed. New York: MacMillan, 1995.
- SANCHES, M. A. *Bioética: ciência e transcendência. Uma perspectiva teológica*. São Paulo: Loyola, 2004.
- SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética para quê? Ética para quê? *Revista Camiliana da Saúde*, v. 1, n. 2, p. 14-21, jul./dez. 2002.
- SINGER, Peter. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.



VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et al. (Orgs.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1992.

VIDAL. *Ética Teológica: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ZALUAR, Alba. Perfil da população de rua. In: ROSA, C. M. M. *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Recebido: 14/01/2013

Avaliado: 22/01/2013